

## SETOR Cimento

**Classificação de acordo com CAE rev3:** Secção C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS. Divisão - 23 Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos. Grupo: 235 - Fabricação de Cimento, Cal e Gesso. CLASSE 2351 - Fabricação de Cimento. Compreende a fabricação de cimentos hidráulicos (cimentos portland, aluminoso, superfosfato e de outros cimentos hidráulicos pulverizados ou não pulverizados) e clínqueres.

Não inclui:

- Fabricação de argamassas, betões, cimentos e outras misturas de produtos refratários (23200);
- Fabricação de produtos em cimento (236);
- Fabricação de betão pronto a utilizar (23630);
- Fabricação de argamassas prontas a utilizar (23640);
- Fabricação de cimento cola (23640);
- Fabricação de cimentos ou gessos para obstrução dentária (32502).

### Estatísticas Industriais 2019<sup>1</sup>

Grandezas	Seção C- Indústria Transformadora (IT)	CAE 2351	Peso na IT (%)
Número de empresas (nº)	68.831	7	0,01
Volume de Negócios (milhões de Euros)	97.239	521	0,5
Número de Trabalhadores (nº)	745.511	823	0,1
VABpm <sup>2</sup> (milhões de Euros)	22.519	117	0,5
Indicadores			
Trabalhadores/Empresa	10,8	117,6	
Produtividade aparente do Trabalho <sup>3</sup>	30,2	142,4	

### Estatísticas Comércio Externo 2019<sup>4</sup>

Grandezas	Seção C- Indústria Transformadora	NC 2523	Peso (%)
Exportação de bens (milhões de Euros)	56.659	89	0,2
Importações de bens (milhões de Euros)	67.447	44	0,1
Balança Comercial (milhões de Euros) (Exportações - Importações)	-10.788	45	

### Análise Setorial<sup>5</sup>

Este setor, influenciado pelo crescimento do PIB e pelo investimento em grandes projetos de infraestruturas, enfrenta atualmente grandes desafios, designadamente, os elevados consumos energéticos, os investimentos necessários para gerir as flutuações do mercado e o cumprimento de legislação ambiental cada vez mais exigente. Assumindo-se como um agente de sustentabilidade, a Indústria Cimenteira Europeia definiu recentemente um conjunto de linhas de ação com vista à redução das emissões de dióxido de carbono distribuídos por 5 pilares: Eficiência de Recursos; Eficiência Energética; Captação, armazenagem e uso do carbono; Eficiência do produto e Cadeia de valor a jusante.

Legislação	Ciclo de Vida do Produto e Comercialização	Setorial	Conexa
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 130/2013, de 10 de setembro que executa na ordem jurídica interna o disposto no Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março;</a></li> <li>- <a href="#">Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva 89/106/CEE do Conselho;</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro;</a></li> <li>- <a href="#">Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas;</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 6/2021, de 12 de janeiro que assegura a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (UE) n.º 2019/515, relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro;</a></li> <li>- <a href="#">Regulamento (UE) n.º 2019/515 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de março de 2019 relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro;</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 23/2011, de 11 de fevereiro que assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho;</a></li> <li>- <a href="#">Regulamento (CE) n.º 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho de 2008, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos;</a></li> </ul>

<sup>1</sup> Fonte: INE

<sup>2</sup> VABpm = Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

<sup>3</sup> VABpm/nº trabalhadores

<sup>4</sup> Síntese Setorial, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e EUROSTAT

<sup>5</sup> Roteiro Nacional para a Descarbonização da Indústria Cimenteira; Relatório de Atividades 2019; [https://ec.europa.eu/growth/sectors/raw-materials/industries/forest-based/pulp-paper\\_en](https://ec.europa.eu/growth/sectors/raw-materials/industries/forest-based/pulp-paper_en)

Legislação	Ciclo de Vida do Produto e Comercialização	Conexa (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 57/2008, de 26 de março, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva 2005/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005, relativa às práticas comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno;</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro de 2001, relativa à segurança geral dos produtos;</a></li> </ul>
	Licenciamento Industrial e Ambiental	Específica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio, na sua redação atual, aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente (LUA);</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual, estabelece o Sistema da Indústria Responsável (SIR);</a></li> </ul>
		Outra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio que altera a Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio que altera a Diretiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de que altera as Diretivas 2000/53/CE relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, e 2012/19/UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos;</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) 2018/410;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva (UE) 2018/410 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março de 2018, que altera a Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias hipocarbónicas, e a Decisão (UE) 2015/1814;</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro, assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) nº 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Regulamento (UE) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa;</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 150/2015, de 5 de agosto, transpõe a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Diretiva 2012/18/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas;</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, transpõe a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro;</a></li> <li>- <a href="#">Diretiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente;</a></li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto, na sua redação atual, estabelece o Regime de Emissões Industriais (REI), transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição);</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 38/2013 de 15 de março, na sua redação atual, conclui a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Diretiva 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que altera a Diretiva 2003/87/CE a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa;</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de fevereiro, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Diretiva 2006/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006 relativa à gestão dos resíduos de indústrias extrativas e que altera a Diretiva 2004/35/CE;</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais;</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 127/2008, de 21 de julho, na sua redação atual, regula a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro;</a> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Regulamento (CE) nº 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro de 2006, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes;</a></li> </ul> </li> <li>- <a href="#">Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, estabelece o Regime da Utilização dos Recursos Hídricos (RURH);</a></li> </ul>

<b>Associações do setor</b>	<a href="#">ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento</a> <a href="#">CEMBUREAU - European Cement Association</a>
<b>Estudos Setoriais</b>	<b>ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento:</b> <a href="#">Roteiro Nacional para a Descarbonização da Indústria Cimenteira</a> <a href="#">Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050</a>
	<b>CEMBUREAU - European Cement Association:</b> <a href="#">2020 Activity Report</a> <a href="#">Cementing the European Green Deal</a> <a href="#">The role of Cement in the 2050 Low Carbon Economy</a>
<b>Outros Links</b>	<a href="#">ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho</a> <a href="#">aicep Portugal Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.</a> <a href="#">AEP - Associação Empresarial de Portugal</a> <a href="#">AIP - Associação Industrial Portuguesa</a> <a href="#">ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários</a> <a href="#">APA – Agência Portuguesa do Ambiente</a> <a href="#">ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica</a> <a href="#">AT - Autoridade Tributária e Aduaneira</a> <a href="#">Banco de Portugal</a> <a href="#">CIP - Confederação Empresarial de Portugal</a> <a href="#">COMPETE 2020 - Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização</a> <a href="#">COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação</a> <a href="#">DGAE - Direção-Geral das Atividades Económicas</a> <a href="#">DGC - Direção-Geral do Consumidor</a> <a href="#">DG Growth - Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs</a> <a href="#">ECHA- Agência Europeia De Produtos Químicos</a> <a href="#">EUROSTAT</a> <a href="#">GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos</a> <a href="#">IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.</a> <a href="#">IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território</a> <a href="#">INE – Instituto Nacional de Estatística</a> <a href="#">ITC – International Trade Center</a> <a href="#">OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico</a> <a href="#">OMC - Organização Mundial do Comércio</a> <a href="#">REACH HELPDESK</a> <a href="#">Rótulo Ecológico União Europeia</a> <a href="#">The European Commission's science and knowledge service</a>